



# A contribuição da Ciência da Religião para a formação de docentes ao Ensino Religioso

## *The Contribution of Science of Religion to the Religious Education Teacher Training*

Afonso Maria Ligorio Soares \*

**Resumo:** Este artigo retoma a conhecida proposta tríplice de modelos de Ensino Religioso (catequético, teológico e da Ciência da Religião) para tentar justificar porque a Ciência da Religião deve ser o modelo mais coerente para fundamentar teórica e metodologicamente a prática dessa disciplina escolar. Mostra também um exemplo da contribuição que pode dar a Filosofia da Religião no processo de transposição didática dos resultados da Ciência da Religião para os conteúdos e práticas pedagógicas.

**Palavras chave:** Modelos de Ensino Religioso; Ciência da Religião; Filosofia da Religião; Transposição didática, Educação

**Abstract:** Referring to the well-known proposal of the three models of Religious Education (i.e. catechesis, theology and science of religion) this articles attempts to justify the Religion of Science as the most coherent model and fundament for the theoretical and methodological tasks associated with Religious Education. The article also discusses the contribution of Philosophy of Religion as far as the didactic transposition of the result of the scientific study of religions is concerned.

**Keywords:** Religious education models; Science of Religion; Philosophy of Religion; Didactic transposition, Education

### O contexto da Ciência da Religião Aplicada

Recentemente publicado, em um esforço conjunto organizado pelos docentes do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da PUC-SP, o *Compêndio de Ciência da Religião*<sup>1</sup> dedica uma de suas Partes à *Ciência da Religião Aplicada* ou, como prefere o especialista Udo Tworuschka, *Ciência Prática da Religião*. Sua intenção é

---

\* Livre-Docente (2009) do Departamento de Ciência da Religião da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo-UMESP (2001), com pós-doutorado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, 2005). É mestre em Teologia Fundamental pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma, 1990). Como Professor Associado da PUC-SP, leciona e pesquisa no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências da Religião. E-mail: [sofona@uol.com.br](mailto:sofona@uol.com.br)

<sup>1</sup> J.PASSOS; F.USARSKI (org.). *Compêndio de Ciência da Religião*.

explorar algumas práticas, entre as várias em andamento, em que os resultados da Ciência da Religião podem ajudar a desenvolver normas, modelos e procedimentos para uma “prática baseada nesta ciência” (Tworuschka). Para tanto, as subdisciplinas da Ciência da Religião são convidadas a se apresentar para o exercício de uma combinação ao menos interdisciplinar (Sociologia, Psicologia, Estudos Culturais, Ética, Teologia Pastoral etc.) em vista do desenvolvimento de modelos e programas que organizem a ação e o exercício da cidadania.

Até agora, a mais conhecida – e controvertida – aplicação da Ciência da Religião é precisamente aquela que normal – e inadequadamente – apelidamos de Ensino Religioso. No citado *Compêndio*, o educador Sérgio Junqueira assume, em caráter ainda preliminar e tateante, a tarefa de começar a pensar essa relação entre educação e estudos de religião, nos termos em que hoje conhecemos, no Brasil, estes dois âmbitos de pesquisa. Ele ensaia a hipótese de que a compreensão da religião deva ser o verdadeiro objeto do Ensino Religioso, aí se compreendendo o estudo das diferentes manifestações que interferem na formação da sociedade, o qual só pode ser propriamente estudado pela Ciência da Religião. Nesse sentido, o que geralmente é denominado de Ensino Religioso é, na verdade, a transposição didática, ou melhor, a aplicação para o cotidiano da sala de aula dos resultados dessa Ciência, possibilitando aos estudantes da educação básica a compreensão da(s) cultura(s) das diferentes comunidades que formam determinado país/nação. Portanto, conclui Junqueira, a Ciência da Religião é a área que constitui os fundamentos que irão orientar o conteúdo e a forma do processo de educação chamado de Ensino Religioso.<sup>2</sup> Nessa direção, é possível assumir que “a discussão do Ensino Religioso não se inscreve, fundamentalmente, na esfera do debate sobre o direito ou não à religiosidade, mas do direito à educação de qualidade que prepare o cidadão para visões e opções conscientes e críticas em seus tempos e espaços”.<sup>3</sup>

Queremos, naquilo que segue, manter essa perspectiva e trazer à tona outros elementos não como acréscimo original, mas antes como recapitulação daquilo que já podemos ter na conta de consensos adquiridos num assunto que nunca cessa de ser campo minado de mal-entendidos e jogos de interesse políticos e religiosos.

### **Consenso 1: A Ciência da Religião como área de conhecimento do Ensino Religioso (ER)**

Em coerência com o citado trabalho de S. Junqueira, seria mais coerente, por questão de rigor no uso dos termos, não tratar o ER como área de conhecimento autônoma, mas antes como a prática do que a Ciência da Religião produz como conhecimento.<sup>4</sup> As recentes discussões públicas sobre o ER mostram que nem sempre interessa ter clareza nesse campo. Mas todos os setores envolvidos sabem ser inevitável que se pense a relação entre o tipo de conhecimento adquirido sobre a experiência religiosa da humanidade e os procedimentos pedagógicos para apresentá-la a nossos jovens cidadãos. Uma dificuldade que, em grande medida, é epistemológica, mas que não se desenredará facilmente de seu lastro político. De um lado, há que garantir o legítimo acesso dos educandos ao ER, em nome do princípio da liberdade religiosa; de outro, a sociedade democrática sabe que precisa preservar a laicidade do Estado, e não pode

<sup>2</sup> S. Junqueira, *Ciência da Religião aplicada ao ensino religioso*.

<sup>3</sup> J. Passos, *Ensino religioso: construção de uma proposta*. p.77.

<sup>4</sup> Os próximos dois itens retomam o que dissemos em nosso estudo anterior: A. SOARES, *Religião & educação: da Ciência da Religião ao Ensino Religioso*.

retroceder a modelos de gestão comprometidos com uma denominação religiosa específica.

O momento atual do Brasil tem facilitado o acirramento dos interesses conflitantes desse jogo, da parte das igrejas e dos representantes do Estado enquanto os próprios interessados e responsáveis diretos pela gestão do ER permanecem perplexos e imersos em mal-entendidos, com o agravante de suscitar a agudização de problemas que permeiam as demais disciplinas e a própria gestão da escola. Por outro lado, não é errado afirmar que a questão da confessionalidade religiosa e da laicidade do Estado seja apenas um dos graves problemas que emperram a prática educacional entre nós.

Esperando que tais problemas sejam considerados e discutidos em outras pesquisas, nosso foco neste artigo é mostrar que já é possível pensar um modelo de ER que supere o referido impasse confessional (em que cada denominação disputa espaço para doutrinar os educandos de sua área de influência). Saem ganhando nessa nova postura os próprios educandos, pois terão acesso a uma apresentação sensível, porém autônoma dos resultados dos estudos de religião.

A opção por um ER desvinculado da confessionalidade é condição para que nos sirvamos da área de conhecimento da Ciência da Religião. No entanto, além de historicamente localizáveis, ainda fazem parte de nossa realidade escolar outros modelos de ER, com distintas bases teóricas e metodológicas que, por sua vez, geram diferentes conteúdos e posturas (políticas e didáticas) nas situações de ensino-aprendizagem.

Já apresentamos em várias ocasiões anteriores o esquema sugerido por J. D. Passos, contemplando três modelos possíveis de concretização do ER.<sup>5</sup> Ele pode até merecer alguns reparos, mas, em grandes linhas, é muito prático para uma primeira aproximação didática. E facilita a compreensão da maior eficiência do terceiro modelo – aquele da Ciência da Religião.

O esquema de Passos prevê três modelos básicos – o catequético-doutrinal; o teológico-ecumênico; e o da Ciência da Religião. Como o próprio autor observa, essa não é a única tipologia possível. Existe, por exemplo, uma tentativa anterior de Giseli do Prado Siqueira, que identifica quatro modelos de ER: o modelo confessional, ligado a uma religião; o ecumênico, organizado entre as denominações cristãs; o modelo baseado no estudo do fenômeno religioso, sugerido pelo *Fonaper* e um quarto, que define o ER como educação da religiosidade, tendo como base o pensamento de Paul Tillich e W. Grün.<sup>6</sup>

Também convém alertar que esses modelos são sempre aproximativos, “mapas ideais extraídos da realidade a partir de práticas concretas, porém não puras”.<sup>7</sup> O esforço de construir tipologias serve apenas como referência para facilitar a visualização e a análise do que vem sendo feito na prática cotidiana. São mais tendências do que delimitações cabais. Ademais, os modelos sugeridos por Passos concentram-se mais nos fundamentos que deveriam sustentar o exercício do ER. Por isso, é bem possível que os encontremos misturados em algumas situações realmente vividas. Um quarto ou quinto modelo poderia surgir, eventualmente, de uma composição dos três.

Por que esses três modelos e não outros? Passos opta por uma visão diacrônica do ER no Brasil, que vai do longo período histórico em que ensinar religião equivalia a iniciar o aluno nos mistérios cristãos (e, principalmente, na tradição católica) até a situação

<sup>5</sup> J.PASSOS, *Ensino religioso*.

<sup>6</sup> Ibid, p.51. Exemplo de subsídio para alimentar esse “quarto” modelo poderia ser a recente obra de P. RUEDELL, *Educação religiosa*.

<sup>7</sup> J.PASSOS, *Ensino religioso*, p.52.

contemporânea, que concilia desconfiança contra as instituições e atração por novas espiritualidades. Por essa razão, nosso autor prefere dispor os três modelos numa certa sequência cronológica.

O modelo catequético é o mais antigo; está relacionado, sobretudo, a contextos em que a religião gozava de hegemonia na sociedade, embora ainda sobreviva em muitas práticas atuais que continuam apostando nessa hegemonia, utilizando-se, pior sua vez, de métodos modernos. Ele é seguido do modelo teológico que se constrói num esforço de diálogo com a sociedade plural e secularizada e sobre bases antropológicas. O último modelo, ainda em construção, situa-se no âmbito das Ciências da Religião e fornece referências teóricas e metodológicas para o estudo e o ensino da religião como disciplina autônoma e plenamente inserida nos currículos escolares. Esse visa a lançar as bases epistemológicas para o ER, deitando suas raízes e arrancando suas exigências do universo científico dentro do lugar comum das demais disciplinas ensinadas nas escolas.<sup>8</sup>

O processo que culmina com a adoção da Ciência da Religião como base epistemológica do ER apenas engatinha. Jogam contra ele as velhas práticas de ER já consolidadas, os interesses políticos das igrejas e o despreparo dos próprios gestores públicos. Por isso é fundamental engajar nossas comunidades acadêmicas nessa nova proposta, pois elas estão (ao menos, deveriam estar) equipadas para contribuir mais com as necessárias fundamentações teóricas e metodológicas para o ER, além de constituir o ambiente ideal para iniciativas concretas de formação docente.

Em suma, no modelo mais tradicional, o ER tem suas fontes na doutrina de determinada igreja e é da responsabilidade das confissões religiosas. O modelo teológico é mais arejado, permite um diálogo maior entre as igrejas cristãs e pode até contemplar uma visão pluralista que inclua religiões não cristãs. Mas continua sendo uma catequese mais sutil, pois ainda está sob a responsabilidade de lideranças religiosas que, em última instância, têm poder de decisão ou veto sobre os conteúdos a serem ministrados nas aulas. Justamente por essa dependência de certos interesses religiosos, ainda que bem mais diluídos, não nos parece ser o modelo ideal para o ER nas escolas públicas.

O terceiro modelo, em vez, embora ainda seja o menos conhecido e menos praticado, tem fôlego para dar um passo à frente dos dois anteriores na medida em que garante ao ER autonomia epistemológica e pedagógica. Uma “autonomia localizada no âmbito da comunidade científica, dos sistemas de ensino e da própria escola”.<sup>9</sup>

Mas qual é o diferencial prático, em sala de aula, que pode oferecer um ensino baseado na Ciência da Religião?

Conforme explica o prof. Peter Antes, catedrático dessa disciplina na Universidade de Hannover, na Alemanha:

A contribuição da Ciência da Religião consiste em possibilitar ao aluno comparações contrastantes entre sistemas de referência. Aprende-se que nenhum ser humano que tem sua língua, seus pensamentos e seus valores pode viver sem um sistema de referência. Aprende-se também que nenhum sistema de referência pode ou deve reclamar para si validade absoluta. Com

---

<sup>8</sup> Ibid., p.54.

<sup>9</sup> Ibid, p.64.

isso, desmascara-se qualquer forma de eurocentrismo como uma ilusão perigosa.<sup>10</sup>

Onde o autor diz eurocentrismo, leia-se, entre nós, “católicocentrismo”, “evangélicocentrismo” e até, se quisermos, “ateísmocentrismo”. O importante aqui é que, conforme explica o *website* do programa de Ciência da Religião da mesma Universidade, “enquanto teólogos [cristãos] estudam apenas a fé cristã, é tarefa dos cientistas da religião descrever, analisar e investigar as religiões universais e populares, as religiões proféticas e místicas, as religiões crescidas e fundadas no mundo inteiro”.<sup>11</sup>

O modelo catequético e o teológico trabalham com a ideia de que o cidadão tem direito de obter, com o apoio do Estado, uma educação religiosa coerente com a fé que confessa. O modelo da Ciência da Religião, sem negar que a religiosidade e a religião sejam dados antropológicos e socioculturais passíveis de cultivo adequado, parte do princípio de que “o conhecimento da religião faz parte da educação geral e contribui com a formação completa do cidadão, devendo estar sob a responsabilidade dos sistemas de ensino e submetido às mesmas exigências das demais áreas de conhecimento que compõem os currículos escolares”.<sup>12</sup>

Isso não significa afirmar que a opção pela Ciência da Religião garantiria uma abstrata neutralidade dos agentes responsáveis pelo ER e de seus subsídios didáticos. Educar alguém é transmitir conhecimentos e valores, algo muito distante da atitude de quem vive em cima do muro. Nesse sentido, tem razão Passos quando afirma que

A educação geral, fundada em conhecimentos científicos e em valores, assume o dado religioso como um elemento comum às demais áreas que compõem os currículos e como um dado histórico-cultural fundamental para as finalidades éticas inerentes à ação educacional. Portanto, esse modelo não afirma o ensino da religião como uma atividade cientificamente neutra, mas, com clara intencionalidade educativa, postula a importância do conhecimento da religião para a vida ética e social dos educandos.<sup>13</sup>

Se estivermos de acordo que o ER escolar integra um projeto mais amplo de educação para a cidadania plena, então será lógico concluir que sua sustentação não deve provir de argumentações religiosas, mas antes dos próprios pressupostos educacionais. E isso sem nenhum descaso pelo valor que representa a religiosidade e a necessidade de que esta seja educada em benefício das pessoas e da sociedade.

Propor a Ciência da Religião como base epistemológica e, portanto, como área de conhecimento pertinente ao ER, é a melhor maneira de corresponder ao “valor teórico, social, político e pedagógico do estudo da religião para a formação do cidadão”.<sup>14</sup>

Só assim se consegue desembaralhar, na teoria e na sala de aula, a confusão entre *educação da religiosidade* e *educação do cidadão*. A esta última cabe, graças a uma adequada formação docente em Ciência da Religião, não a tarefa de aperfeiçoar a religiosidade, mas, antes, de aprimorar a cidadania e a humanização do estudante,

<sup>10</sup> Apud F.Usarski, *Ciência da Religião: uma disciplina referencial*. pp. 58-59.

<sup>11</sup> *Ibid.*

<sup>12</sup> J.PASSOS, *Ensino religioso*, p.65.

<sup>13</sup> *Ibid.*

<sup>14</sup> *Ibid.*,p.76.

também por meio do conhecimento da religiosidade e dos valores preservados pelas tradições religiosas.

### **Consenso 2: A Filosofia da Religião como aliada da Ciência da Religião rumo ao Ensino Religioso**

Como vimos no item anterior, o Ensino Religioso (ER) visa à educação integral do cidadão, o que inclui, portanto, a realidade “religião”, quase tão antiga quanto a própria humanidade. Também sugerimos que todos os graduados e pós-graduados em Ciência da Religião estão, em tese, qualificados a lecionar ER.

No entanto, a formação docente para o ER requer ainda uma adequada fundamentação epistemológica, a ser construída a partir das interações entre Ciência da Religião, Pedagogia e Filosofia. Isso inclui, mas vai muito além da presença nos currículos das indispensáveis disciplinas que fornecem habilitações pedagógicas. Nesse sentido, a Ciência da Religião só tem a ganhar se souber aprender da Filosofia da Religião a rica discussão que vem sendo feita nas últimas décadas, do ponto de vista do conteúdo, sobre a categoria experiência/espiritualidade. Por outro lado, o estreitamento dos laços entre Ciência da Religião e Pedagogia poderá, do ponto de vista formal, aprofundar a vinculação do Ensino Religioso com a noção de “transposição didática”, aqui entendida como passagem do “saber a ensinar” para os “objetos de ensino”.

Certamente não é esse o lugar para discutirmos o conceito (também controvertido) de transposição didática. Mas dar atenção ao papel da Filosofia da Religião na construção de uma Epistemologia do Ensino Religioso pode ser estimulante prosseguir na discussão.

De início, vejamos o que dizem Costella e Oliveira acerca da contribuição filosófica para a Epistemologia do ER:

A Epistemologia do Ensino Religioso abre a religião à investigação filosófica num diálogo esclarecedor, que não pretende dissolvê-la, mas reconhecer seu sentido. Assumindo-se a religião não tanto como um fato objetivo – como faz o cientista que pretende descrevê-la e explicá-la –, mas como uma forma eminente da experiência humana, pode-se reconhecer nela sua originária congenialidade à filosofia, que assume a forma de uma relação dialógica – integração na diferença –, com mútuo reconhecimento das respectivas instâncias de verdade. Esse caráter dialógico da relação entre filosofia e religião pode ser caracterizado em dois níveis conexos. Um nível mais geral, como duas dimensões da experiência; outro mais existencial, como duas modalidades da pessoa, ao mesmo tempo crente e pensante.<sup>15</sup>

Outro autor que pode ajudar bastante na compreensão do papel de mediação que a Filosofia pode desempenhar na passagem da Ciência da Religião para o ER é, curiosamente, Juan Luis Segundo.<sup>16</sup>

Para Segundo, poderemos superar o impasse entre visão científica da religião e conhecimento religioso se atentarmos para a distinção entre *fé antropológica* e *religião* ou *fé religiosa*.<sup>17</sup> A *fé antropológica* está no plano dos valores, da significação e, como tal, é uma dimensão universal. Todos nós temos *fé* (antropológica) em alguns valores que, para

<sup>15</sup> D.COSTELLA; E.OLIVEIRA, Epistemologia do Ensino Religioso, p.54

<sup>16</sup> J.SEGUNDO, J., *Fé e ideologia*.

<sup>17</sup> J.SEGUNDO *O homem de hoje diante de Jesus de Nazaré*.

nós, são absolutos (justiça, amor, solidariedade, etc.). Quando a pomos em prática, tal fé pode ser vivida de forma religiosa (Cristianismo, Islamismo, Budismo...) ou não (um ateu que luta por uma sociedade mais justa, por exemplo).

Por isso, disputar quem tem a religião mais verdadeira costuma ser um expediente equivocado e um tempo perdido, já que é muito fácil usar esse termo de forma ambígua. Duas pessoas que se dizem católicas e que não perdem missa aos domingos terão, às vezes, como valores de vida alguns ideais até opostos entre si. Por exemplo, um admitirá a pena de morte e outro será radicalmente pacifista, embora ambos afirmem crer que Jesus é Deus. Também pode ocorrer o contrário: grupos pertencentes a sistemas religiosos aparentemente distintos ou mesmo incompatíveis do ponto de vista da ortodoxia sentem a mesma paixão por causas comuns. Budistas, cristãos e umbandistas podem se unir em defesa da vida, da ecologia e pela erradicação da pobreza.

Se não tivermos presente essa distinção, as frequentes discussões sobre Ensino Religioso ou Inter-religioso nas escolas não avançarão satisfatoriamente. O foco a ser considerado no debate é: que valores foram protegidos por esta ou aquela tradição que chegou até nós? A Ciência da Religião pode explicitá-los, a Filosofia da Religião (independentemente de ser ou não considerada uma das subdisciplinas da primeira) pode ajudar em seu discernimento.

Há outra distinção importante a ser feita. Quando dizemos fé (antropológica ou religiosa), falamos de adesão a um conjunto de valores que são ideais de vida, sonhos da humanidade, utopias, projetos inspirados em algum acervo mítico-cultural. A prática, porém, sempre guarda uma distância daquilo que nossa imaginação plasmou como ideal. E nenhuma religião ou escola filosófica detém exclusividade nesse quesito. Essa distinção entre a fé (nossos valores) e as obras (nossas concretizações) precisa estar sempre em pauta para evitarmos um mecanismo perverso que costuma azedar as relações entre grupos distintos, religiões diferentes, partidos adversários. Que mecanismo é esse?

Ele funciona da seguinte maneira: o caminho mais fácil é julgar as práticas da religião de outrem à luz dos belos valores de minha própria visão de mundo. Assim, o outro sempre estará em desvantagem, pois é julgado pelo que consegue pôr em prática e não pelos valores/ideais autênticos de sua própria fé. Dou um exemplo: um cristão critica um comunista porque em Cuba há paredão e Jesus disse que nos amássemos uns aos outros. Para ser justo, esse cristão deveria considerar que muitas práticas de cristãos foram violentas e nem por isso deixou de ser verdadeiro que Jesus pregava o amor. E também deveria se perguntar sobre quais são os valores mais autênticos por trás do sonho comunista. Em igual medida, as críticas dirigidas à Igreja católica por seus adversários mais ferrenhos seguem esse mesmo *script*. Muitos equívocos entre a visão religiosa de mundo, as considerações filosóficas e a literatura de divulgação científica têm origem nesse tipo de descuido: julgo aquilo que aparece à vista e não me pergunto sobre os valores que sustentam esta ou aquela tradição religiosa.

Todavia, não tem muito futuro buscar um consenso do tipo: se formos todos monoteístas, há negociação; caso contrário, acabou-se a conversa. Esse é mais um mal-entendido causado pela linguagem. Não se pode confundir valor absoluto (incondicionado, superior a todos os demais) com ser absoluto (perfeito, independente por natureza de qualquer outro ser). Alguém identificar em um ser absoluto (Deus) o criador, o legislador e o providente, não traduz necessariamente quais sejam seus valores absolutos. Como dizia Juan L. Segundo, “haverá tantos deuses quantas [forem as] estruturas de valores entre os

seres humanos”.<sup>18</sup> Ou seja, meu “deus” [e meu “não-deus”] está onde deposito meu coração. Que nome dou a ele (lahweh, Zeus, Olorun), é uma questão de significantes culturais.

Tanto ontem como hoje, os homens e as mulheres devem comunicar reciprocamente, de modo amplo, lento e profundo, os seus respectivos mundos-de-valor (*fé antropológica*, portanto) antes de iniciar um discurso sobre a partilha ou não de uma mesma *fé religiosa*.

Mais: esse caminho não depende de intervenções divinas espetaculares ou de comunicações caídas do céu diretamente dos deuses ou de Deus. Mesmo em tradições como a judeu-cristã, que acredita numa revelação especial vinda do Senhor, o processo nunca é puramente transcendental, a ponto de nos poupar de dolorosos discernimentos humanos.<sup>19</sup> Todas as religiões estão “no mesmo barco”: têm de aprender aos poucos, errando e acertando, qual o melhor caminho para construir uma melhor convivência humana nesta terra.

Onde fica o saber filosófico nesse jogo? Para Segundo, “toda fé estrutura valores que depois devem encontrar uma via de realização na complexidade do real”. Essa via “precisará sempre de sistemas práticos que evoluam junto com a realidade mesma e que não serão todos igualmente eficazes, além de não serem neutros”.<sup>20</sup> Toda fé “se expressa e se transmite somente mediante fatos que, ao mesmo tempo, são o resultado dos valores que se pretende transmitir e das técnicas que os realizam”.<sup>21</sup>

Isso admitido, onde situar a Filosofia, que pretende ser um conhecimento independente e típico? Não seria a Filosofia um grau do saber (o único?) isento definitivamente desses jogos conotativos? Nosso autor vê na Filosofia duas funções básicas: unificar os dados científicos numa visão coerente do universo objetivo e estudar qual deve ser, para o ser humano, a estrutura de sentido da existência. Cabe à Filosofia introduzir a sistematização e o método racional nas duas dimensões: a ciência (conhecimentos experimentais/científicos) e a fé (mundo do sentido).

Portanto, qual seria então a diferença decisiva entre dada Filosofia e determinada religião (*fé religiosa*)? Nosso autor entende que na religião os dados transcendentais remontam a uma tradição de testemunhas referenciais. A tradição pressupõe que seus testemunhos não estejam situados por acaso na história, e intui, nas entrelinhas desta última, certa racionalidade. O pensamento filosófico, porém, retoma sempre do início, sempre de zero, sua busca de dados transcendentais.

Insistamos, porém, um pouco mais: se é justamente esse o processo, então, a que se reduziria a verdade filosófica? Ou, ainda, como seria possível julgar a Filosofia na sua pretensão de ser veraz? Para que a verdade crie problema, assevera Segundo, é preciso aceitar que o conhecimento seja, em alguma medida, cópia ou reflexo da realidade. Uma cópia fiel será verdadeira; se infiel, falsa. Portanto, “nenhuma filosofia pode renunciar à concepção de conhecimento como reflexo e de verdade como reflexo fiel”. Um realismo ou um idealismo totais, absolutos, são igualmente descartáveis, porque eliminam a noção de reflexo. Eis como Segundo descreve a questão:

<sup>18</sup> *Ibid.*, p.81.

<sup>19</sup> A.SOARES, *Interfaces da revelação*.

<sup>20</sup> J.SEGUNDO, *O homem de hoje diante de Jesus de Nazaré*, p.148.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p.149.



A minha vontade choca-se com aparições de coisas por ela sentidas como dolorosas, e procura então multiplicar suas contribuições cognoscitivas para ver se novos conhecimentos conduzem a aparições mais satisfatórias. Eis aqui toda a história do conhecimento humano, edificada necessariamente sobre a hipótese do reflexo.<sup>22</sup>

O que existe, na opinião do autor, são diretrizes mais ou menos realistas ou idealistas. Eis um de seus exemplos. Um sujeito experimenta um “erro” nas cores. Se for “realista”, irá buscar quais perturbações sofreram as ondas luminosas que lhe chegam até a vista. Caso seja “idealista”, suporá desde o início um possível defeito ocular. Tal acontece porque “o realismo, ao relacionar o erro com a complexidade do objeto conhecido, *tende* a conceber a realidade como variável, maleável, objeto de transformações *práticas*”. O idealismo, por sua vez, “à medida que reage diante do erro procurando compreender melhor os mecanismos cognoscitivos, *tende* a acentuar a necessidade”, seja ela desprovida ou não de finalidade.<sup>23</sup>

Difícil saber qual dos dois tem mais razão. Mas a linguagem filosófica terá encontrado sua razão de ser enquanto puder mediar o círculo hermenêutico que se desenvolve entre sistemas de significação (fé) e sistemas de eficácia (ciência/tecnologia). Para aceder a tal lugar, ela conta com duas prerrogativas essenciais: (a) trabalha um rico conteúdo de dados transcendentais, distinguindo-se, portanto, das ciências propriamente ditas; (b) não obstante isso, ela não quer assumir tais dados como uma tradição, e esforça-se para submeter cada um deles ao controle da razão; e por isso se diferencia das religiões.<sup>24</sup>

Essas duas características simultâneas e paradoxais do pensar filosófico o tornam fascinante. De fato, todo filósofo recomeça o edifício inteiro, desde os alicerces – e isso é próprio do seu método. Ao mesmo tempo, no entanto, não pode perder de mira o fato de que ir além do trabalho que compete à linguagem científica significa assumir, de algum modo, o transcendente.

Nesse ponto, será papel da Epistemologia do Ensino Religioso facilitar a aprendizagem sobre o que é religião e quais suas funções, promovendo “um diálogo entre as metodologias filosóficas (Epistemologia, Filosofia, Metafísica, Fenomenologia) e não-filosóficas (Psicologia, Sociologia, História, Antropologia) para o Ensino Religioso nas escolas”.<sup>25</sup>

### Construir consensos

Este artigo pretendeu mostrar que, embora a discussão sobre o ER tenha nos levando a um cipoal político-epistemológico, há consensos que não precisam ser descartados para seguir adiante. Por exemplo, não precisamos tirar da manga nenhum modelo estrambótico de ensino. Já temos três modelos de Ensino Religioso suficientemente testados: o catequético, o teológico e o da Ciência da Religião. O primeiro teve e tem ampla aceitação por longos períodos da história; o segundo é fruto de uma experiência de quase cinquenta anos, inspirado, principalmente, nos ares

<sup>22</sup> Ibid., p.294.

<sup>23</sup> Ibid., p.295.

<sup>24</sup> Ibid., p.414.

<sup>25</sup> D.COSTELLA; E.OLIVEIRA, Epistemologia do Ensino Religioso, p.55.

ecumênicos do período após a Segunda Guerra Mundial; e o terceiro, baseado na Ciência (ou Ciências) da Religião começa a ser posto em prática a partir da afirmação, no Brasil, desta área de conhecimento nos últimos trinta anos. Não é mais tão estranho justificar porque, numa sociedade laica, a Ciência da Religião seja o modelo mais coerente para fundamentar teórica e metodologicamente a prática do ER.

A segunda parte do artigo considerou a possibilidade da contribuição específica – ético-normativa, mas não confessional nem teológica – que a Filosofia da Religião pode dar no processo de transposição didática dos resultados da Ciência da Religião para os conteúdos e práticas pedagógicas. Creio que, neste ponto, seja mais difícil falar em consenso adquirido. Em nossa opinião, o exercício de reflexão epistemológica feito na companhia de Juan Luis Segundo seja mais um apelo ao uso de uma característica com a qual todos fomos brindados: a inteligência. Nesse sentido, nossa expectativa é mostrar como é importante uma aliança entre a Filosofia e as Ciências Sociais da Religião em benefício da formação ética e crítica de nossos estudantes.

### Referências bibliográficas

COSTELLA, D. & OLIVEIRA, E. Epistemologia do Ensino Religioso. In: *Religião & Cultura* VI/II (2007): 43-56.

PASSOS, J. *Ensino religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas. 2007.

PASSOS, J. & USARSKI, F. (org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2013.

RUEDELL, P. *Educação religiosa: fundamentação antropológico-cultural da religião segundo Paul Tillich*. São Paulo: Paulinas, 2007.

SEGUNDO, J.L. *Fé e ideologia: as dimensões do homem*, 2 v., São Paulo: Loyola, 1983.

\_\_\_\_\_. *O homem de hoje diante de Jesus de Nazaré*. v.1: Fé e ideologia, S. Paulo: Paulinas, 1985.

SENA, L. (org.). *Ensino Religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo*. São Paulo: Paulinas. 2006.

SOARES, A. M.L. *Religião & Educação: da Ciência da Religião ao Ensino Religioso*. São Paulo: Paulinas, 2010.

\_\_\_\_\_. *Interfaces da revelação; pressupostos para uma teologia do sincretismo religioso*. São Paulo: Paulinas, 2003.

USARSKI, F., *Ciência da Religião: uma disciplina referencial*. In: L. Sena. (org.). *Ensino religioso e formação docente: Ciências da Religião e Ensino Religioso em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2006, pp.47-62.

Recebido 16/04/2015

Aprovado: 12/05/2015